Participaram, ainda, da sessão de julgamento os conselheiros ainda, da sessão de julgamento os conselheiros Luis Marcelo Guerra de Castro, Nanci Gama, Ricardo Paulo Rosa, Álvaro Arthur Lopes de Almeida Filho e José Fernandes do Nascimento.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face da decisão da DRJ em Juiz de Fora que julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada, por entender que estaria decaído no caso concreto o direito de o contribuinte pleitear a restituição dos eventuais débitos tributários.

Por bem descrever os fatos ocorridos até o presente momento processual, os quais foram relatados com riqueza de detalhes, adoto o relatório da decisão recorrida, transcrevendo-o abaixo na íntegra:

Trata-se de Pedido de Restituição de fl. 01 e fls. 37/40, protocolado em 26/04/2004. acompanhado dos demonstrativos, às fls 02/28, proveniente de recolhimentos indevidos a título de Cofins e PIS incidentes sobre óleo diesel, com base na IN SRF 06/99, referente ao período compreendido entre 07/03/1994 e 28/01/1999 no valor corrigido até a data de entrega de R\$ 273.719.81.

A DRF- Juiz de Fora/MG emitiu Despacho Decisório, à fl. 42. no qual indefere o pedido de restituição, sob o argumento de que na data de sua protocolização já havia transcorrido mais de cinco anos da extinção do crédito tributário.

Contestando tal decisão, a interessada argumentou, em síntese, que:

1. a consideração do prazo prescricional de 5 anos contraria a jurisprudência pacificada do STJ e negativa vigência aos artigos 168. I. e 156. 1. do CTN. na medida em que a contagem do lustro relativo aos tributos sujeitos a lançamento por homologação anteriores a LC 118/2005;

2. os créditos apurados a partir de 1994 não estariam prescritos, tendo em vista que a contribuinte possuía o total de 10 (dez) anos (tese dos cinco mais cinco) para pleitear seu pedido de restituição e, ainda, que a LC 118/05 só alcança os pagamentos efetuados a partir de sua vigência.

A DRJ em Juiz de Fora julgou a improcedente a manifestação de inconformidade apresentada, nos seguintes termos:

RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRAZO PARA PEDIR.

O direito de pleitear a restituição/compensação extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contado da data de extinção do crédito tributário.

Irresignado, o contribuinte recorre a este Conselho basicamente reafirmando as alegações de sua manifestação de inconformidade.

É o relatório.

Voto

Conselheira Andréa Medrado Darzé.

O recurso é tempestivo, atende as demais condições de admissibilidade e dele tomo conhecimento.

Conforme é possível perceber do relato acima, a presente controvérsia versa, essencialmente, sobre a definição do prazo de decadência para a compensação de indébito tributário, relativo a tributo sujeito ao lançamento por homologação. O indébito seria decorrente de supostos recolhimentos indevidos a título de Cofins e PIS, incidentes sobre óleo diesel, com base na IN SRF 06/99, referente ao período compreendido entre 07/03/1994 e 28/01/1999.

Pois bem. O Supremo Tribunal Federal, valendo-se da sistemática prevista no art. 543-B, do CPC, pacificou, no RE 566.621, o entendimento de que é inconstitucional a atribuição de feitos retroativos ao art. 3º da Lei Complementar nº 118/05, devendo sua aplicação plena se restringir às ações ajuizadas a partir de **09.06.05**:

DIREITO TRIBUTÁRIO. LEI INTERPRETATIVA. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/05. DESCABIMENTO. VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACATIO LEGIS. APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005. Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente

às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido. (RE 566621, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/08/2011, DJe-195 DIVULG 10-10-2011 PUBLIC 11-10-2011 EMENT VOL-02605-02 PP-00273)

O caso concreto submetido à análise enquadra-se perfeitamente no precedente acima transcrito. Afinal, trata-se de compensação de indébito tributário, relativo a tributo sujeito ao lançamento por homologação e cujo pedido de restituição foi protocolado em **26.04.04**, ou seja, em data anterior à **09.06.05**.

Por conta disso, deve-se aplicar ao presente caso o art. 62-A do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual prescreve a necessidade de reprodução, pelos Conselheiros, das decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, na sistemática da repercussão geral:

Art. 62-A. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática prevista pelos artigos 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF.

Neste contexto, não resta dúvida de que no caso sob análise permanece prevalecendo o prazo de 10 (dez) anos contados da data dos respectivos fatos geradores para a repetição. Isso porque o acórdão foi bastante claro ao prescrever aplicação plena do novo prazo de 5 (cinco) apenas às medidas ajuizadas a partir de 09.06.05, o que não é caso. Por outro lado, os fatos geradores ocorreram entre **07/03/1994 e 28/01/1999**, ou seja, com menos de 10 anos do protocolo da medida administrativa. Assim, deve ser reconhecido o direito de a Recorrente pleitear a restituição de eventuais indébitos tributários no caso concreto.

Pelo exposto, voto por DAR PROVIMENTO ao recurso voluntário para reconhecer o direito de pleitear a restituição de eventuais indébitos referente ao presente pedido. Entretanto, para que esta decisão não implique supressão de instância e, por conseguinte, violação ao princípio do devido processo legal, determino a remessa desses autos à repartição de origem para que quantifique o crédito alegado.

[Assinado digitalmente]
Andréa Medrado Darzé

Processo nº 10640.000939/2004-24
Acórdão n.º **3102-002.059**

S3-C1T2
Fl. 12

CÓPIA